

CÉLIA SAKURAI

Primeiros pólos da imigração japonesa no o Brasil



AO LADO, O INÍCIO
DA CULTURA DA
BANANA PELOS
JAPONESES EM
JUQUIÁ; ACIMA,
NOS NÚCLEOS
SEMPRE HAVIA UMA
ESCOLA PRIMÁRIA
ONDE SE ENSINAVA
TANTO O
PORTUGUÊS
QUANTO O JAPONÊS



CÉLIA SAKURAI é
mestre em Ciência
Política pela USP e
pesquisadora do
Idesp.



INTRODUÇÃO

Imigração, no estrito senso, significa o movimento de povos através do espaço geográfico (Kearney, 1986, p. 331). Quando se trata de imigração, aparece sempre na literatura, no cinema, nos trabalhos acadêmicos, e principalmente no senso comum, uma associação com ruptura, com abandono de antigos padrões, com nostalgia. O termo em inglês “*uprooted*” transmite de maneira bastante adequada esse clima: de que o imigrante é a pessoa que perdeu as suas raízes.

No entanto, na discussão contemporânea sobre imigração, a noção de *uprooted* tem sido contestada, especialmente à luz das experiências contemporâneas. O imigrante do final do século XX não é, necessariamente, aquele que perdeu as suas raízes. No mundo da globalização, não é mais possível admitir que a mudança de lugar de moradia signifique ruptura ou desenraizamento.

B

r

a

J

s

a

i

p

l

ã

o

4

Hoje, os norte-americanos, em especial, têm voltado as suas atenções para o fenômeno da imigração no contexto da globalização, desenvolvendo trabalhos que discutem idéias como a de nação desterritorializada, de transnacionalidade (Glick Schiller, 1992). Ao invés de se procurar entender o imigrante se assimilando à cultura de recepção, essa corrente busca entender como o imigrante reconstrói o seu universo no novo país, sem deixar de manter laços com o país de origem. Assim, entende-se por transnacionalidade, "os processos nos quais os imigrantes constroem campos sociais que ligam seu país de origem e seu país de fixação" (Glick Schiller, 1992, p. 1).

É de um ângulo do conceito de transnacionalidade que será feita esta discussão sobre os primeiros tempos de fixação dos imigrantes japoneses no Brasil. Ela parte da premissa de que o Brasil e o Japão eram na época países que buscavam inserção no sistema mundial capitalista e, por isso, eram detentores de interesses que iam além da questão migratória. Desse modo, a imigração em si deixa de ser o ponto de partida para a exposição, mas é um elemento para a análise dentro de um contexto mais amplo. Esse contexto mais amplo significa a manutenção de fortes laços, nesse caso, com o Japão.

A partir deste ângulo é possível se verificar que, desde o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação de 1895 até a Segunda Guerra Mundial, há aspectos da relação Brasil-Japão que são mais facilmente consolidados pela presença de imigrantes japoneses no Brasil. O conceito de transnacionalidade, então, será aqui utilizado sob uma perspectiva histórica, de um aspecto específico - as relações Brasil-Japão -, sem entrar na questão da cultura.

A bibliografia sobre a presença dos japoneses no Brasil é bastante extensa, se comparada à de outras etnias imigrantes no país. Se considerarmos, no entanto, que o Brasil é um país de imigração, que recebeu mais de cinco milhões de imigrantes até meados deste século, pode-se afirmar que a produção acadêmica sobre o tema é ainda bastante precária. Nesse universo, os japoneses têm recebido uma atenção maior, seja por iniciativa de representantes da comunidade, seja talvez pelo exotismo que

despertam, mas também certamente para desvendar as razões que fizeram dessa etnia uma imigração de sucesso rápido. Em se tratando de imigração, sucesso significa ascensão social.

Nesse processo de rápida ascensão social, é preciso que se destaque o papel exercido pelo Japão. A sistematização das informações contidas na bibliografia aponta para uma clara política japonesa planejada para intervir na questão da imigração para o Brasil a fim de servir aos seus interesses. O Japão na virada do século é um país que está buscando a expansão da sua indústria e de seus negócios. Necessita, portanto, de clientes para seus produtos e de fornecedores de matérias-primas. Nesse sentido, o Brasil é potencialmente um parceiro que preenche essas expectativas. O incentivo à imigração para o Brasil está, entre outros fatores, relacionado com esta questão. O governo brasileiro, por sua vez, mostra-se receptivo às iniciativas japonesas, quer se abrindo para receber os imigrantes, quer através de acordos econômicos para intensificar o intercâmbio.

Os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao Brasil em 1908, mas as grandes entradas só ocorrem a partir de 1925. Só de 1925 até 1941, entram 67,1% do total de 228.903 japoneses, distribuídos entre adultos, crianças e velhos. O caminho através do qual os japoneses passam de colonos nas fazendas de café para proprietários agrícolas ou de negócios urbanos está intimamente ligado à presença de técnicos, autoridades consulares, representantes de instituições privadas, organizações de cunho religioso, que exercem uma espécie de tutela sobre essas pessoas. Além da ligação cultural, a renovação dos laços com o país de origem se evidencia através da presença marcante desses verdadeiros organizadores dos interesses japoneses no Brasil.

A imigração de japoneses para o Brasil teve sempre um caráter oficial, diferentemente das imigrações espontâneas como a dos sírio-libaneses, por exemplo (Truzzi, 1992). A vinda de japoneses foi, desde o início, fruto de conversações entre os representantes legais dos governos de ambos os países. Da mesma maneira, como o Brasil tinha uma experiência anterior de recebimento de imigrantes, o Japão tinha já um contingente significativo de trabalhadores

em outras partes do mundo. Antes dos japoneses, italianos, portugueses, espanhóis, alemães tinham formado o grande contingente de imigrantes que aportou no Brasil desde meados do século XIX. O Brasil foi o último local para onde foram enviados japoneses, que saíram de seu país desde 1884 para o Havaí. Portanto, há de se concluir que ambos os países não têm interesse em repetir erros passados, e nem despendem recursos e esforços em vão.

A grande questão para o Brasil é a fixação da mão-de-obra na lavoura cafeeira de São Paulo. Por isso, a condição para a vinda de japoneses é a de um contrato de trabalho de no mínimo dois anos nos cafezais do oeste paulista. A fuga da mão-de-obra italiana do café para as cidades havia causado uma série de problemas para os cafeicultores paulistas. Por isso, o contrato com os japoneses prevê a vinda de famílias com no mínimo três pessoas em condições de trabalhar nos cafezais, estipulando cotas de pés de café a serem tratadas por cada uma delas. Até 1925, parte da viagem para o Brasil é subsidiada pelos fazendeiros, o que significa que as famílias têm uma dívida a ser saldada com o seu trabalho. Essas condições, no entender dos contratantes, seriam razões para reter os novos imigrantes na cafeicultura.

O Japão, por sua vez, se vê diante de uma situação grave de excesso populacional, de sensíveis flutuações econômicas que provocam crises periódicas de penúria na população. O meio rural japonês fica à mercê das cotações internacionais do preço do arroz, do algodão, num momento em que o país se volta para a industrialização. A abertura de indústrias modifica as relações sociais no campo, além de atrair para as cidades o contingente excedente. No período posterior à Primeira Guerra Mundial até a crise de 1929, a indústria japonesa, ainda não solidificada no mercado externo, sofre uma série de reveses que afeta profundamente a população urbana do país.

Nesse contexto, a emigração e a colonização são duas alternativas para atenuar o quadro. Dessa forma, o Japão empreende, no início, uma política de envio de trabalhadores temporários para o Havaí, para o sudeste asiático - Filipinas, Indonésia -, para a Oceania. Depois, envia colonizadores para territórios que conquista: China, Coréia,

Rússia. As primeiras experiências de emigração são para a costa oeste dos Estados Unidos e para o Peru. Em ambos os casos, as experiências não foram completamente bem-sucedidas, na medida em que críticas de caráter racial engendraram medidas restritivas à presença de japoneses. É preciso lembrar que ambos os países haviam recebido chineses anteriormente.

O Brasil aparece para o governo japonês como uma esperança. Com a economia cafeeira necessitando de braços, com enormes porções de terra inexploradas e com a vantagem de uma população miscigenada, esperava-se um resultado positivo. É com o objetivo de atuar "certo" que representantes do governo japonês se esforçam para organizar a emigração para o Brasil em moldes que ofereçam condições vantajosas tanto para as famílias emigrantes, como para o seu país. O fluxo para outros países da América continuava, apesar das dificuldades. O Brasil é apenas um dos destinos de emigrantes japoneses até 1925.

O Brasil, como os países da América, é mercado potencial para o Japão, que naquele momento tem no sudeste asiático os seus mercados preferenciais. No relatório Suguimura (ministro plenipotenciário do Japão no Brasil) enviado ao Ministério das Relações Exteriores do Japão em 1905, o diplomata, refletindo sobre a possibilidade de envio de japoneses como imigrantes, constata também a possibilidade de um intercâmbio comercial, pois percebe que em São Paulo se "evidencia um poder aquisitivo bastante forte e um alto padrão de vida [...] é a cidade o centro irradiador do comércio no país" (Rezende, 1991, p. 19).

Para o Brasil, ainda na fase agrário-exportadora, uma ligação mais estreita com o Japão significa a possibilidade de abertura de mercados para o café na Ásia. Em 1895 é firmado o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação, com a abertura de relações diplomáticas entre os dois países. Anos antes, já havia sido aventada a possibilidade da vinda de imigrantes japoneses para o Brasil, mas a questão só toma vulto a partir dessa data, desde que há interesse de ambas as partes para uma corrente migratória de caráter oficial.

Em 1908 se inicia um processo de propaganda do café brasileiro no Japão. A Secretaria de Agricultura de São Paulo concedia

7.125 sacas de café anuais para serem distribuídas em hospitais, jornais, hotéis e restaurantes, além de 15 casas para a propaganda e venda nas maiores cidades do país (Nogueira, 1973, pp. 48-9). No mesmo ano, chegam os primeiros imigrantes a São Paulo, mas os números de entradas são pequenos até meados da década de 20.

Com a imigração, estreitam-se mais os laços entre os dois países. A necessidade de controle de ambas as partes para a avaliação do sucesso desta nova corrente imigratória traz periodicamente para o Brasil representantes japoneses. Isso porque, pelo lado brasileiro, fez-se desde a primeira leva uma série de ressalvas à presença dos japoneses. As de cunho cultural são as que mais chamam a atenção. Na realidade, as críticas tinham uma razão econômica: a de que os japoneses também não se fixavam nas fazendas de café, como os italianos. Por sua vez, o governo japonês procurava atenuar os conflitos, na medida em que o fluxo migratório para os Estados Unidos se fechou definitivamente em 1925 e o país passava por dificuldades econômicas. O terremoto de Tóquio de 1923 afetou fortemente a indústria japonesa. Por isso, era de interesse dos japoneses manter o Brasil aberto à emigração. São feitos muitos esforços para que isto se viabilize, como se verá a seguir.

A ORGANIZAÇÃO DOS IMIGRANTES

Desde a chegada dos quase 800 japoneses em 1908, verifica-se a presença de técnicos japoneses para o acompanhamento até o novo local. Nos primeiros anos, são especialmente os intérpretes que desempenham o papel de ligação com o Japão. Na primeira leva, por exemplo, cada um dos seis grupos que se dirigiu para o oeste paulista foi acompanhado por esses técnicos, funcionários das companhias de imigração. Muitos deles permanecem nas fazendas junto às famílias que acompanharam, muitas vezes exercendo alguma função de maior destaque, como até a de capataz.

As companhias de imigração que vieram para o Brasil são empresas privadas fiscalizadas pelo Ministério das Relações Exteriores, que cuidam da seleção, transporte e instalação dos imigrantes. Desde o envio dos primeiros trabalhadores para o Havá em

1875, essas companhias se encarregam desta função. Para cada local para onde os japoneses se dirigiram havia companhias responsáveis, com exceção dos Estados Unidos, que proibem a entrada de trabalhadores contratados em seu território. Diversas companhias desenvolvem esse trabalho, organizando a imigração para vários países ao mesmo tempo.

A companhia mais importante encarregada de trazer imigrantes para o Brasil é a Companhia Imperial de Emigração, que, juntamente com o governo paulista, realiza essa operação. Desde o início, a companhia japonesa apresenta uma série de requisitos para a introdução das famílias nas fazendas. Eles vão desde o pedido de que as famílias trabalhem agrupadas na lavoura até exigências quanto à moradia, assistência médica, etc. "Fica patenteado o interesse com que o governo oriental acompanhava a emigração de seus súditos para o Brasil e como procurava garantir a eles não só o bem-estar como segurança" (Nogueira, 1973, p. 167). Isso se deve também às más experiências anteriores, como no Peru.

Na trajetória dos imigrantes japoneses até a Segunda Guerra Mundial, a presença de pessoas ligadas ao Japão é expressiva no sentido de dar corpo às aspirações daqueles que, pelo menos naquele momento, estavam fazendo do Brasil o seu país de adoção. No repertório da imigração, a questão da temporalidade da mudança é parte de um projeto de ascensão social. Para o imigrante, a permanência definitiva no país de adoção não está no horizonte de suas perspectivas. O seu projeto de vida é mais amplo porque engloba duas pátrias. No imaginário do imigrante, a acumulação de bens no exterior para retornar "rico" ao seu país de origem é o sonho de cada um.

Para os japoneses, possuidores de uma cultura emigratória, há casos de parentes ou vizinhos de aldeia que se enriqueceram em outras partes do mundo e tiveram condições de refazer suas vidas em melhores condições após o retorno. Dessa forma, a vinda para o Brasil alimentava a idéia de que a emigração seria uma possibilidade de ascensão social relativamente rápida.

Assim, a maior parte das famílias chega ao Brasil com a esperança de voltar para o Japão rapidamente. As companhias de imigração, na sua propaganda, reforçavam o

sonho divulgando um retrato dos países de emigração como lugares de fartura e de riqueza ao alcance das mãos. É evidente que, tão logo desembarcam no país, o sonho parece se esvaír (1).

Uma reflexão sobre esse aspecto leva a crer que há uma nítida ambigüidade entre os objetivos das autoridades japonesas e os dos imigrantes. Pois, afinal, se por um lado o imigrante deseja mais do que nunca enriquecer e voltar rapidamente para o seu local de origem, a meta das companhias de imigração, dos agentes consulares, é a de fixá-los na nova terra. Não havia nenhum interesse do Japão em incentivar qualquer retorno. No entanto, no plano da ação propriamente dita, ocorreu uma confluência de esforços na direção de encontrar opções no mercado brasileiro para o preenchimento dos objetivos de cada um. Se fixação/retorno são pólos opostos, na trajetória dos imigrantes japoneses eles se coadunam, na medida em que, para fixar, o governo japonês oferece facilidades que são prontamente aproveitadas por aqueles que querem enriquecer e voltar.

Essa política japonesa se revela por uma soma de esforços que se inicia com a criação da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Companhia Ultramarina de Empreendimentos), conhecida como K.K.K.K., em 1917. Essa companhia funde todas as existentes e passa a direcionar toda a política migratória para o Brasil.

Desde a criação da K.K.K.K., o Brasil é praticamente o único país que está admitindo imigrantes japoneses em massa. O Peru, que vinha recebendo japoneses desde 1899, fecha as suas portas em 1924, e os Estados Unidos proíbem definitivamente a entrada no ano seguinte. Por isso, quando os fazendeiros paulistas se negam a subsidiar parte da passagem dos japoneses, é o governo japonês que arca com todas as despesas para o transporte das famílias, numa clara atitude de insistir na manutenção da corrente. É a partir de 1925 que o número de entradas aumenta consideravelmente. De acordo com o relatório da Companhia, até o ano de 1932 haviam sido introduzidas 108.166 pessoas, distribuídas em 19.991 famílias (K.K.K.K., 1934, p. 11).

Assim, explicita-se uma política mais clara do governo japonês nos negócios associados à imigração no Brasil. Passa-se de uma

política passiva para uma abertamente ativa, nas palavras de H. Saito (1963, pp. 34-5). Essa política ativa se manifesta de diferentes formas: com o incremento do comércio, com injeção de investimentos e com o desenvolvimento de núcleos coloniais. Todos esses aspectos partem da premissa de que a presença de famílias japonesas abre caminhos para a realização desses objetivos.

Os primeiros pólos de fixação

Os primeiros pólos de fixação de imigrantes japoneses no Brasil estão diretamente associados a esses três aspectos da política ativa, que mesclam os interesses japoneses aos dos imigrantes e colonos. Ela se concretiza através de ajuda técnica, que acaba por incentivar a saída das fazendas de café para outras regiões do estado de São Paulo.

Pelo fato de a emigração japonesa para o Brasil ser recente, a trajetória dos seus integrantes pode ser claramente reconstituída. Uma fonte de particular interesse nesse sentido é o Censo da Colônia Japonesa, realizado na ocasião do cinquentenário da imigração em 1958 (2). A importância desse trabalho está na abrangência dos dados levantados. É um censo que procura apresentar um quadro minucioso de quem são, depois de cinquenta anos, os japoneses no Brasil. Mas não se limita a isso. Apresenta o *background* das famílias no Japão, e a sua vida desde a chegada. Nesse conjunto de dados, é possível acompanhar a intensa mobilidade geográfica dos japoneses e dela extrair elementos que melhor explicam a faceta transnacional da imigração japonesa no Brasil.

Os dados do censo de 1958 e a bibliografia apontam para as grandes tendências de fixação das famílias desde a sua chegada ao Brasil. Os gráficos abaixo ajudam a visualizar as regiões de fixação das famílias japonesas, devendo-se lembrar que os números tratam de um fluxo, com famílias já estabelecidas e as que vão chegando a cada ano.

Os primeiros locais de fixação ficam na região da Borda do Planalto, denominação que é utilizada no censo. Essa região corresponde à zona do oeste paulista que engloba Ribeirão Preto, Franca e os núcleos cafeeiros mais importantes. Os municípios dessa região foram criados no final do

1 Para se ter uma idéia de como a frustração foi relatada pelos imigrantes, ver: Sakurai, 1993, cap. 2.

2 Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, 1964.

século passado, praticamente junto com a estrada de ferro Mogiana. Ribeirão Preto, por exemplo, torna-se município em 1871 (3), e os planos para a Mogiana chegar à região são de 1874.

O Gráfico 1 mostra que nos anos em que as passagens eram subsidiadas pelos fazendeiros, até 1924, o volume de entradas e permanência de japoneses chega a quase 60%, da mesma forma que toda a corrente imigratória da época. O café é o grande catalisador de mão-de-obra no período. Segundo Holloway (1984, p. 98), 86% dos imigrantes que entraram no estado de São Paulo entre 1921 e 1929 dirigiram-se para a região. A maior parte é constituída de japoneses.

A queda na curva do gráfico comprova a política de intervenção e direcionamento do governo japonês, com as saídas sucessivas de famílias para outras regiões.



O Gráfico 2 aponta outra região do estado, o Litoral, que, junto com a Borda do Planalto, é um pólo de fixação dos primeiros imigrantes. Nessa região, que corresponde à Baixada Santista e ao litoral sul, englobando também o Vale do Ribeira, a interferência das companhias de imigração se manifesta com a criação de um núcleo de colonização em 1912, do qual se falará mais abaixo. O esvaziamento da região se explica pela não-alimentação do fluxo (poucas entradas) e pela saída para outras regiões.



3 Os dados sobre a criação dos municípios paulistas encontram-se em: J. F. Camargo, 1981.

Mobilidade geográfica e ascensão social

A busca de recursos para o retorno torna o imigrante atento às condições que a economia paulista oferecia na época: a de que o trabalho assalariado abria poucas perspectivas de ganho e de poupança: "À fórmula até então vigente - a migração temporária, sucesso rápido e retorno ao país de origem - acrescentou-se mais uma etapa, a de produção comercial. Essa fórmula, descoberta pelos imigrantes depois de anos penosos de experiência, era a que corresponderia mais adequadamente às condições socioeconômicas brasileiras" (Saito, 1961, p. 115). Isso porque a mão-de-obra nacional era mais barata, competindo com a imigrante.

A década de 1930 é propícia para a análise do processo de ascensão social dos imigrantes japoneses, na medida em que uma conjunção de fatos possibilita essa caminhada para a independência econômica das famílias. Nessa trajetória, a interferência do governo japonês é relevante. Se a partir de 1925 aumenta o número de entradas, o início da década de 30 vai coincidir com o preenchimento do período mínimo de estadia nas fazendas de café. Uma grande parte das famílias já tem um certo pecúlio para ser investido; após a crise de 29, a economia paulista necessita buscar novas opções além do café para se dinamizar; o estado de São Paulo tem ainda muitas terras disponíveis para a exploração agrícola, especialmente aquelas próximas às estradas de ferro recém-abertas. E, finalmente, um contexto internacional que traz para o Brasil investimentos como os do governo japonês.

Assim, a mobilidade geográfica dos japoneses está diretamente relacionada com a busca dessas oportunidades, incentivadas, orientadas e amparadas por representantes de seu país de origem. Poderíamos até arriscar dizer que o avanço do povoamento do estado de São Paulo, nas chamadas áreas pioneiras, está intimamente ligado à história da imigração japonesa e ao papel que esses agentes exerceram no processo.

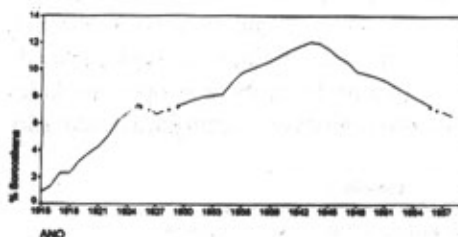
A história do povoamento do estado de São Paulo até os seus limites com Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná está relacionada com a necessidade de expansão das áreas de cultivo do café e das ferrovias. As estradas de ferro são abertas em

função dos interesses cafeeiros. A partir dos trilhos das estradas de ferro irradia-se o povoamento. O ponto sobre o qual nos detemos é o do loteamento das terras ao redor das ferrovias. Os técnicos japoneses percebem a possibilidade de tirar proveito da ferrovia como meio de escoamento da produção, do baixo preço das terras ainda inexploradas e do fato de as áreas pioneiras estarem sendo retalhadas em pequenos lotes. Novamente, verificamos uma conjunção de fatores que voltam a explicar o processo de ascensão social acelerado dos imigrantes japoneses em São Paulo.

O confronto dos dados sobre a mobilidade geográfica dos japoneses e os do povoamento das áreas pioneiras do estado de São Paulo demonstra a hipótese acima como verdadeira. A opção das famílias que saem das fazendas de café para outras regiões é certamente a região Noroeste. O Gráfico 3 contrastado com o Gráfico 1 mostra uma coincidência entre as datas em que decresce a população japonesa na Borda do Planalto, e aumenta na região Noroeste.

O Gráfico 4 mostra a região da Alta Sorocabana como outro pólo de fixação que vai num crescendo até meados da década de 1940, em função da presença dos trilhos da estrada de ferro Sorocabana. Inclui municípios como Assis, Presidente Prudente, Rancharia, Presidente Epitácio, criados praticamente com o avanço da ferrovia. Essa região é formada por núcleos de arrendatários que basicamente se dedicam ao cultivo do algodão, após o período nas fazendas de café, muitas vezes na própria região.

Gráfico 4
PORCENTAGEM DE IMIGRANTES RESIDENTES SOROCABANA



A Alta Paulista se caracteriza pela presença maciça de famílias japonesas a partir do final da década de 1930. Da mesma forma que a região Noroeste, a Alta Paulista atrai pequenos proprietários que compram lotes às margens da ferrovia para o plantio do algodão. A Alta Paulista e a Noroeste são as regiões onde a fixação nas condições descritas foi mais significativa.

Gráfico 5
PORCENTAGEM DE IMIGRANTES RESIDENTES ALTA PAULISTA 1915-1957

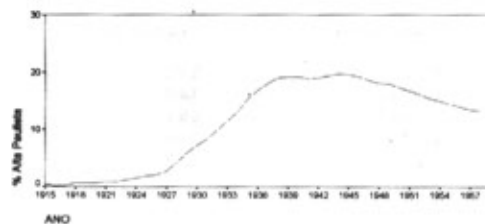
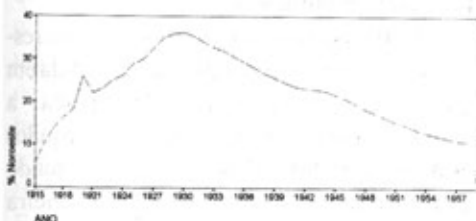


Gráfico 3
PORCENTAGEM DE IMIGRANTES RESIDENTES NOROESTE 1915-1957



A "boca de sertão" ou o "novo oeste" era uma região despovoada até o início do século. Existia somente o núcleo de Bauru, município que data do século passado. Lins, Birigüi, Araçatuba, Cafelândia são municípios criados após a chegada da estrada de ferro Noroeste do Brasil, e após a ida de famílias japonesas. Atrai fazendeiros pelos baixos preços das terras que são retalhadas em lotes para a exploração do café. É uma região que primeiramente agrega colonos, os contratistas (formadores de café), que depois da formação dos cafezais em quatro a seis anos têm condições de se tornar proprietários, ou sair da condição de assalariados. Segundo informações contidas em Saito (1961, p. 135), 56% das famílias japonesas da região já são proprietárias até o ano de 1930.

A seleção dos municípios a seguir foi feita a partir de um estudo do IBGE (1951) que aponta os locais de maior concentração de japoneses no estado. É importante ressaltar como as "bocas de sertão" do início do século se povoaram rapidamente dadas as oportunidades que a região oferecia. Os dados a seguir ilustram a situação e a inserção dos japoneses nessa região de novas oportunidades.

Tabela 1
POPULAÇÃO DE ORIGEM JAPONESA
MUNICÍPIO DE MARÍLIA, TUPÃ, LINS E PRESIDENTE PRUDENTE
1940

Município	Estrada de ferro	Ano de criação do município	População presente	População de origem japonesa%
Marília	Alta Paulista	1928	81.065	19,4
Tupã	Alta Paulista	1938	35.583	28,9
Lins	Noroeste	1919	65.486	15,2
Pres. Prudente	Sorocabana	1921	75.806	10,4
TOTAL ESTADO	-	-	3.012.345	5,9

Fonte: IBGE, 1951

Um outro aspecto que aponta o processo de ascensão social dos japoneses nas regiões em questão é a sua posição na ocupação. O mesmo estudo do IBGE é fonte para a verificação dos altos índices de trabalhadores autônomos (meeiros, arrendatários) nos diferentes regimes de exploração da terra, sugerindo também as oportunidades que essas regiões oferecem para a ascensão.

Tabela 2
POPULAÇÃO MASCULINA DE ORIGEM JAPONESA:
DEDICADOS À AGRICULTURA E AUTÔNOMOS.
MUNICÍPIOS DE MARÍLIA, TUPÃ, LINS E PRESIDENTE PRUDENTE, 1940

Município	Agricultores %	Autônomos %
Marília	78	85
Tupã	74,1	73,3
Lins	72,5	66,3
Pres. Prudente	75	71,7

Fonte: IBGE, 1951

Comércio

O comércio entre o Brasil e o Japão até meados da década de 1920, como se disse, é irrisório. As Tabelas 3 e 4 são elucidativas:

Tabela 3
COMÉRCIO BRASILEIRO-JAPONÊS - 1918-22 (*)

Ano	Importação	Exportação
1918	6.156	272
1919	8.848	340
1920	10.687	281
1921	5.562	316
1922	2.691	536

* em contos

Fonte: Estatística Comercial do Ministério da Fazenda (4)

Tabela 4
COMÉRCIO INTERNACIONAL DO JAPÃO - 1922 (*)

Total	3.527.760.050
exportações	1.637.451.818
importações	1.890.308.232

* em ienes = 35900 no câmbio da época (5)

Nesse ano de 1922, os Estados Unidos, Canadá, México, Peru, Argentina e Chile

mantinham um comércio com o Japão que totalizava 758.859.187 ienes. Em 1930, a balança comercial entre Brasil e Japão pende para o lado japonês, que exporta dois milhões de ienes para o Brasil contra uma importação de um milhão de ienes na compra em café, algodão, borracha, madeira (Leão, 1990, p. 73). O comércio só começa a se mostrar favorável para o Brasil quando o plantio de algodão passa a ser mais intensivo.

Investimentos

O incremento do comércio está intimamente ligado com a política empreendida pelo governo japonês, aproveitando a presença de imigrantes no Brasil voltados primordialmente para a agricultura. Na pesquisa para o desenvolvimento de novas culturas, os investimentos japoneses são centrais.

O primeiro produto cultivado independentemente é o arroz. Segundo as estatísticas de 1925, a produção de arroz nesse ano é de 250.000 toneladas, enquanto que em 1912 era inexistente. O porto de Santos escoou 83.331 toneladas, equivalentes a 59.893 contos de réis (6). Como se sabe, o arroz é a base da alimentação do japonês.

A produção do arroz é também interessante para os seus produtores na medida em que, segundo cálculos da época, a lucratividade é alta: a saca de sessenta quilos pode ser vendida a 7\$000 em 1913, tendo subido para 20\$000 durante a Primeira Guerra Mundial, enquanto que o custo de produção é de 1\$500 a 2\$500 (Nogueira, 1973, p. 169). Os primeiros arrozais surgiram na região do Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, mas a produção mais efetiva se concentrou na Alta Mogiana e no Triângulo Mineiro, especialmente às margens do Rio Grande. As regiões baixas e alagadas, rejeitadas para o plantio do café, foram arrendadas para a formação dos arrozais.

Os produtores de arroz em pouco tempo buscam a sua independência se utilizando da poupança acumulada na fazenda de café para atividades sugeridas e amparadas pelos técnicos japoneses. Isso acaba por incentivar a saída das fazendas de café para outras regiões do estado de São Paulo.

O produto que mais se destaca no contexto da presença de japoneses como traba-

lhadores agrícolas autônomos é o algodão. Em todas as etapas de disseminação do produto, a participação dos imigrantes fica muito clara. Isso porque havia uma indústria têxtil e de fiação japonesa em desenvolvimento desde o último quartel do século XIX. A partir do final da década de 1920, verifica-se um crescimento na exportação de tecidos para os mercados asiáticos, antes fornecedores de matéria-prima para essa indústria. Uma medida protecionista do governo britânico em 1932 restringe a importação de algodão bruto da Índia, até então o maior fornecedor do produto. Havendo a necessidade de se buscar outros fornecedores, o Brasil se apresenta como alternativa.

Uma missão econômica japonesa vem ao Brasil em 1934 a fim de estudar as possibilidades de importação, "esperando em compensação obter que o Japão aumentasse as suas exportações para o Brasil". (*O Estado de S. Paulo*, 10/4/35) (7). A Federação Nacional das Câmaras de Comércio do Japão patrocina a vinda de empresários representativos dos maiores conglomerados têxteis do país. Essa visita ganha visibilidade, sendo notícia tanto na imprensa local quanto internacional. O *Manchester Guardian* de abril de 1935 protesta dizendo que "a conclusão de um acordo, tal como o que o Japão cogita fazer com o Brasil, seria um fato desagradável, para os Estados Unidos, onde os plantadores de algodão já sofrem com a concorrência brasileira e onde as manufaturas de algodão sofrem, por outro lado, com a concorrência japonesa" (8). Essa visita e os seus desdobramentos, portanto, afetam o comércio internacional e abrem importantes vertentes para a economia paulista e para os imigrantes japoneses em particular.

O algodão traz, assim, alento para aquelas famílias que querem retornar ao Japão. Quer como proprietários, arrendatários ou meeiros, famílias japonesas se deslocam da região da Borda do Planalto e arredores para as zonas Sorocabana e AltaPaulista, totalizando 32.000 famílias, responsáveis por 50% do volume de algodão produzido em São Paulo. A tabela que se segue mostra o incremento da produção em 1932 e em 1938, datas que, segundo Saito, se revelam significativas: 1932 é anterior aos grandes deslocamentos em função do algodão, e 1938 é o ano auge da produção.

Tabela 5
PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CAROÇO POR LAVRADORES JAPONESES
PRINCIPAIS ZONAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
1932-1938 (*)

Área	1932	1938
Sorocabana	764.513	7.288.350
Paulista	304.411	8.899.500
Araraquara	395.405	2.901.000
Douradense	221.158	1.886.400
Noroeste	145.313	3.124.800
Mogiiana	15.278	1.966.500
Outras	2.760	204.300
Total	1.848.836	26.270.850

* quantidade em arrobas
Fonte: Hiroshi Saito, 1961

Os Gráficos 4 e 5 mostram as tendências da concentração nas zonas Sorocabana e Paulista. Nessas regiões, a Brazcot instalou equipamentos para o beneficiamento do algodão próximos aos locais de produção. Essa companhia, a Sociedade Algodoeira Brasil-Japão Ltda., foi fundada em 1936 para cuidar da importação do algodão brasileiro, investindo no cultivo, beneficiamento e escoamento da produção. A Brazcot comprava toda a produção para o beneficiamento em suas máquinas. Para o Japão era exportado 90% e o restante vendido para as fiações nacionais.

Com isso, as famílias japonesas contavam com auxílio técnico e financeiro para a produção, além da segurança de venda do produto. Esse auxílio englobava todo o processo, inclusive a escolha para o local do cultivo. Para isso, havia intermediários que procuravam as famílias na fazenda de café sugerindo a mudança para as regiões cotonicultoras. Feita a mudança, a companhia se encarregava de dar todo o apoio para o cultivo, através de agrônomos vindos do Japão para esse fim. Numa fase anterior, o desbravamento de terras para o cultivo já tinha se efetuado também nas mãos de japoneses que enfrentam o "inferno verde", desmatando e demarcando lotes para o futuro estabelecimento de seus conterrâneos. Nessa etapa, participam agrimensores e engenheiros. Há, enfim, um esforço planejado e concentrado para que a produção se efetue com sucesso.

A K.K.K.K., a Bratac e a Tozan também se dedicam ao algodão e, ao mesmo tempo, fundam casas bancárias para financiar os agricultores, já que os bancos nacionais financiavam apenas maquinários. Isso ocorreu em 1936.

4 In Waldyr Niemeyer, 1925, p. 19.

5 Idem, *ibidem*.

6 Cf. Waldyr Niemeyer, 1925, p. 16.

7 Citado por Vieira, 1973, p. 49.

8 Idem, p. 50.

Núcleos de Colonização

As zonas Alta Paulista e Noroeste recebem muitas famílias em função também dos núcleos de colonização, com terras compradas pelo governo japonês através das companhias de imigração. A função desses núcleos é desenvolver pólos de produção agrícola nas mãos de japoneses. É o caso, por exemplo, de Bastos, hoje considerado o município mais "nipônico", do Brasil, nascido de um núcleo de colonização japonês. Numerosas famílias vieram para o Brasil diretamente para os núcleos, comprando cerca de dez alqueires, extensão considerada imensa para os padrões japoneses. Outros núcleos, como os da Aliança, no município de Mirandópolis, foram criados por iniciativa de uma instituição de cunho religioso com o intuito de fazer os imigrantes se "sentirem em casa". Esse núcleo em particular reuniu um grupo intelectualizado de classe média que desenvolveu estudos científicos na região (Yoshioka, 1994).

A formação de núcleos coloniais pelas companhias de imigração já tinha sido experimentada antes da década de 1930 na região litorânea do estado de São Paulo, mais precisamente no Vale do Ribeira. Ali, foi instalado em 1912 o núcleo de Iguape, que mais tarde se divide nos núcleos de Registro, Sete Barras e Katsura. Em 1917, quando a K.K.K.K. assume a direção dos núcleos, somam-se mais de 75.000 hectares de terras exploradas por japoneses. Essas terras foram doadas pelo governo paulista para o cultivo de arroz, café, açúcar e chá. Nelas, a companhia mantém máquinas de beneficiamento de arroz, usina de açúcar, posto zootécnico, escola e consultório médico. Além disso, nesses núcleos se introduz a produção de óvulos de bicho-da-seda no Brasil. Em 1931, sessenta famílias se reúnem para formar a Associação de Sericicultura de Registro (K.K.K.K., 1934, p. 44).

Numa região despovoada como o Vale do Ribeira, a presença dos japoneses se fez notar por benfeitorias, como estradas de rodagem, construídas com recursos e responsabilidade da companhia. A mais importante, de 34 km de extensão, ligava Registro a Juquiá, havendo também estradas entre as colônias e o porto de Registro. A direção da K.K.K.K. enviou para a região um corpo

técnico com o intuito de desenvolver atividades e organizar a vida nas colônias. Assim, por exemplo, foi constituída uma Sociedade Cooperativa dos Agricultores em 1928, a Sociedade Indústria Animal de Sete Barras, um colégio particular em Registro para ensinar a prática agrícola aos jovens, um serviço sanitário constituído de farmácia e um hospital. O relatório das colônias apresenta até um boletim de observação meteorológica. Como se pode perceber, esse núcleo colonial é organizado de forma a tirar o máximo proveito dos recursos humanos e ambientais, com o claro objetivo de conciliar o espírito comunitário ao empreendimento empresarial com fins lucrativos.

O mesmo não ocorreu com núcleos formados por iniciativa de lideranças locais. Apesar do apoio das autoridades japonesas no Brasil, esses núcleos se desenvolveram de forma diferente. Os recursos se limitaram aos dos seus integrantes, o que significa um ritmo mais lento de desenvolvimento comparado com o tipo anterior, da mesma maneira que contou mais com o arrojo e a perseverança dos que a eles se destinaram. A colônia Hirano, na estrada de ferro Noroeste, e a colônia Uetsuka, na mesma região, são exemplos desse tipo de colonização que partiu do ideal de japoneses que acreditavam na possibilidade de reconstruir a vida japonesa no Brasil, "infiltrando-se na civilização européia ou, como ele [Uetsuka] próprio dizia, para as terras da civilização, af desenvolvendo um novo Japão, independente" (Handa, 1987, p. 253). Hirano era intérprete e Uetsuka, um advogado, representante de uma companhia de imigração. O núcleo Hirano é fundado em 1915, e o núcleo Uetsuka em 1918. Em ambos os casos, as autoridades japonesas apóiam inteiramente os objetivos dos projetos, tanto que o cônsul japonês associa-se a Hirano. O vice-cônsul, amigo de Uetsuka, empenha-se para conseguir terras para o empreendimento. Esses núcleos conseguem se consolidar sobrevivendo, à custa de tentativas e erros, a intempéries, surtos de malária, etc. São projetos sem um planejamento prévio, apenas baseados em um ideal. Por isso, as suas realizações são modestas, menos organizativas da comunidade e também mais modestas economicamente.

Em igual condição, podem ser enumeradas as chamadas "colônias", nascidas da inici-



ativa dos próprios imigrantes e instituídas informalmente, ou seja, formadas em torno de famílias da mesma origem provincial, de companheiros de navio e das fazendas de café. São núcleos que agregam famílias japonesas que, por conveniência e segurança, compram ou arrendam terras próximas, a fim de levantarem uma escola para os filhos, uma associação. Esses são os mais numerosos e são, nitidamente, resultado do desejo de reunir poupança para o retorno ao Japão. O tempo de permanência das famílias nessas colônias é curto, já que quando surgem possibilidades melhores elas se mudam.

A participação de não-imigrantes ocorre com a manutenção de uma rede de informações sobre as oportunidades de negócios, com o apoio de técnicos. "Recebendo ajuda financeira e/ou técnico-agrícola do governo japonês através de seu consulado em São Paulo, os japoneses formaram o povoamento de alta homogeneidade étnica que se chamava 'shokuminchi', ou seja, colônia" (Mita, 1986, p. 37). A ajuda do consulado se concretizava também através de doações de equipamentos, livros, etc.

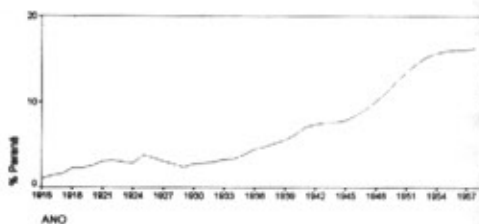
O caso de Bastos, colônia formada pela Bratac, demonstra o interesse de famílias em se agregarem a esse tipo de empreendimento. Desde que não se conseguiu vender a maior parte das glebas a colonos no Japão, estas são vendidas a imigrantes aqui radicados (Mita, 1986).

A comunidade dos japoneses conta ainda com órgãos que englobam os interesses de todos, a começar pela tutela do consulado, das companhias de imigração que criam associações, escolas e os próprios bancos. A K.K.K.K., por exemplo, funda em 1932 o Instituto de Prática Agrícola de São Paulo para formar "instrutores nas atividades agrícolas nas colônias japonesas no Brasil" (K.K.K.K., 1934, p. 25).

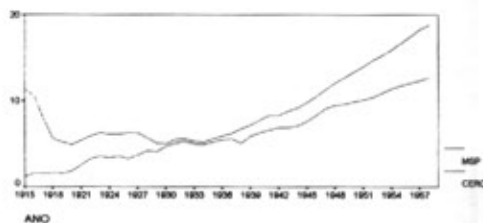
Em 1926 é organizada a Sociedade Japonesa de Beneficência no Brasil, com o objetivo de oferecer serviços médicos aos imigrantes. Em 1932 é fundada em São Paulo a Associação dos Intérpretes, iniciada com 28 pessoas que cumpriam essa função no interior de São Paulo (K.K.K.K., 1934, p. 85).

Ao final desse processo, iniciar-se-ão os deslocamentos para o norte do Paraná e para a cidade de São Paulo e suas vizinhanças.

PORCENTAGEM DE IMIGRANTES RESIDENTES
PARANÁ
1915-1958



PORCENTAGEM DE IMIGRANTES RESIDENTES
NO MUNICÍPIO E NAS CERCANIAS
DE SÃO PAULO
1915-1958



CONCLUSÃO

A história de uma etnia imigrante como a japonesa no Brasil pode, como se viu, ser captada por um ângulo que ultrapassa as fronteiras do movimento migratório em si. A introdução de um conceito como o da transnacionalidade na discussão sobre a imigração pode abrir um leque de temas para uma análise mais ampla da questão. No momento em que se deixa de ver o imigrante *per se* e se procura contextualizá-lo, ganha-se uma perspectiva mais rica de detalhes, de interações e de interesses. Viu-se como o imigrante não é um *uprooted*, mas uma pessoa com estreitos laços com seu país de origem.

Pôde-se, assim, mostrar que os interesses brasileiros, particularmente da cafeicultura paulista, determinaram as primeiras concentrações. Com os condicionantes internos do Japão e o fechamento de outras portas para a imigração japonesa, será o próprio governo do Japão, acertado com empresas privadas, que irá promover uma intensificação do fluxo migratório. Organizando-se através de um corpo técnico experimentado, as iniciativas japonesas se voltam para a

busca de novas oportunidades, em que se destacarão o plantio e exportação do algodão.

Essas áreas de concentração de imigrantes facilitaram a manutenção das tradições culturais, contribuíram para reproduzir formas de associativismo próprias dos japoneses, consolidando o importante papel desempenhado pelos pioneiros - os isseis - na formação da segunda geração.

Tendo caminhado para a busca de novas oportunidades na Grande São Paulo, desponta uma segunda geração que iria

iniciar sua inserção na realidade da principal economia do mais importante estado brasileiro. É uma segunda etapa que inaugura a inserção urbana dos japoneses. Corresponde à da segunda geração que já viveria os traumas causados pela guerra e pela derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. Esta quebra a trajetória até então desenvolvida e inicia uma outra etapa da história desta imigração: o ritmo de ascensão social no meio urbano não é tão acelerado (Cardoso, 1995), e a presença das autoridades japonesas não é tão visível.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL-IBGE. *Pesquisa sobre os Diversos Grupos de Cor nas Populações do Estado de São Paulo e do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.
- CAMARGO, José Francisco. *Crescimento da População do Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*, vol. I. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - IPE/USP, 1981.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Estrutura Familiar e Mobilidade Social. Estudo dos Japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo, Primus Comunicação, 1995.
- COMISSÃO DE RECENSEAMENTO DA COLÔNIA JAPONESA. *The Japanese Immigrant in Brazil*. Tokyo, Tokyo University Press, 1964.
- GLICK SCHILLER, Nina, BASCH, Linda e BLANC SZANTOM. *Towards a Transnational Perspective on Migration. Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered*. New York, The New York Academy of Sciences, 1992.
- HANDA, Tomoo. *O Imigrante Japonês. História de sua Vida no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1987.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o Café. Café e Sociedade em São Paulo - 1886-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- K.K.K.K. *Introdução dos Imigrantes Japoneses no Brasil e seu Órgão Instrutivo - Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha em São Paulo*. Rio de Janeiro, 1934.
- KEARNEY, Michael. "From the Invisible Hand to Visible Feet: Anthropological Studies of Migration and Development", in *Annual Review of Anthropology*, vol. 15, 1986, pp. 331-61.
- LEÃO, Valdemar Carneiro. *A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-1934). Contornos Diplomáticos*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais - IPRI, 1990.
- MITA, Chiyoko. *Bastos: uma Comunidade Étnica Japonesa no Brasil*. Tese de doutoramento - Antropologia Social, FFLCH-USP, 1986.
- NIEMEYER, Waldyr. *O Japonês no Brasil. Uma Face do Nosso Problema Imigratório*. Rio de Janeiro, Editora Brasileira Lux, 1925.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A Imigração Japonesa para a Lavoura Cafeeira Paulista (1908-1922)*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros-USP, 1973.
- REZENDE, Tereza Hatue de. *Ryu Mizuno: Saga em Terras Brasileiras*. Curitiba/SEEC, Brasília/ INL, 1991.
- SAITO, Hiroshi. *O Japonês no Brasil. Estudo de Mobilidade e Fixação*. São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1961.
- SAKURAI, Célia. *Romanceiro da Imigração Japonesa*. São Paulo, Editora Sumaré, 1993.
- STOLCKE, Verena. *Cafecultura. Homens e Mulheres e Capital. 1850-1980*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- TRUZZI, Oswaldo. *De Mascates a Doutores: Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo, Sumaré, 1992.
- VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. *O Japonês na Frente de Expansão Paulista. O Processo de Absorção do Japonês em Marília*. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1973.
- YOSHIOKA, Reimei. *Por que Migramos "do" e "para" o Japão. Os Exemplos dos Bairros das Alianças e dos Atuais Dekasseguis*. Tese de doutoramento - Departamento de Geografia, FFLCH-USP, 1994.